

## Vestibular: a porta de entrada dos sonhos

*Valeska Fortes de Oliveira\**

---

---

### Resumo

Este artigo, baseado nos conceitos formulados por Cornelius Castoriadis, trata de algumas significações imaginárias de alunos de escolas públicas de segundo grau em relação à própria escola e ao sentido de estudar na sociedade atual. O vestibular é analisado como ritual de passagem ao universo da profissão, e como participante da construção mítica do progresso. O vestibular também é analisado como técnica de disciplinarização e como exame, apoiado nas contribuições de Michel Foucault. Através dos depoimentos dos alunos, percebe-se que um dos resultados do processo de “bom adestramento” do corpo e dos desejos, que devem estar canalizados para o Exame, é a dificuldade de dar “asas à imaginação” e propor uma escola com processo educativo criador.

**Palavras-chave:** Vestibular - Imaginário - Disciplina

### Abstract

The present article, based on the concepts of Cornelius Castoriadis, is about some of imaginary significations from public highschool students in relation to the school itself and the meaning of studying in contemporary society. The “vestibular” is analyzed as a ritual of passenge to the world of professions and participating in mythical construction of progress. The vestibular is also analyzed as disciplinary technique and examination suported by the contributions of Michel Foucault. Through the students statements, we can see that one of the results of body and desire’s good training, that must be channeled to the examination, is the difficulty to give free rain to imagination and propose a imaginative highschool education process.

**Key-words:** Vestibular - Imaginary - Discipline

---

\* Professora Titular do Departamento de Fundamentos da Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de Santa Maria - RS

As reclamações dos adolescentes em relação ao trabalho dos professores que condicionam os conteúdos à preparação do vestibular explicitam a contradição dos significados que atribuem à escola. Por um lado, constatam, pelo trabalho dos professores, que estes estão preocupados em vencer o programa, trabalhando de forma rápida e superficial alguns conteúdos, por outro, compartilham da concepção de que a identidade da escola de 2<sup>o</sup> grau está relacionada com a preparação para enfrentar um ritual: o vestibular.

Para atenuar o próprio medo que esse ritual traz consigo, os alunos e alunas iniciam cedo a preparação, desde a 2<sup>a</sup>. série se inscrevem no vestibular, numa tentativa de atenuar as dores e o sofrimento, enfrentando pela primeira vez o concurso sem o compromisso e as pressões de toda ordem.

“A gente faz na 2<sup>a</sup> série prá ver como é que são as provas. Eu até achei que fosse pior!” (Alexandra, 17 anos)

“Eu fiz no segundo ano e fui bem, mas eu vi que muita coisa a gente não tinha visto na escola.” (Jonas, 18 anos)

“É bom fazer antes, quando a gente tá na 2<sup>a</sup> série prá perder o medo. Eu não achei fácil, mas fazendo um cursinho dá prá enfrentar.” (Juliana, 17 anos)

O ritual inicia pelo comportamento dos adolescentes das camadas médias, que ainda não estão no mercado de trabalho, ao entrar na escola de 2<sup>o</sup> grau, identificando-a como o espaço intermediário de preparação para o vestibular, carrega os seus materiais numa pasta de algum cursinho preparatório. Esse sinal de iniciação é a marca de um imaginário instituído em relação à escola de 2<sup>o</sup> grau.

Mesmo aqueles com dificuldades financeiras desejam pelo menos ter acesso a algumas matérias no último ano, quando o concurso se aproxima. Sonham em poder carregar uma pasta com a marca de um cursinho preparatório. Isso os torna alunos do 2<sup>o</sup> grau e membros da “turma”.

A preocupação presente em relação ao vestibular faz com que principalmente os alunos do último ano de segundo grau - a 3<sup>a</sup> série - esqueçam qualquer filosofia que contemple uma formação mais integral, entendida aqui como aquela que tem preocupação com a formação para o exercício da cidadania. As suas únicas preocupações giram em torno da preparação para o vestibular.

A referência imediata ao vestibular não se dá somente em relação a uma das funções atribuídas à escola de segundo grau - a preparação para o concurso -, mas também à celebração e reabilitação do mito do Progresso.

O mito do Progresso irrompe com a moderna organização ocidental da ciência, da filosofia, da economia, da vida social etc. Baseia-se na concepção de tempo diferenciada da tradição, onde o polo aglutinador não é mais o passado, mas o futuro aberto às conquistas humanas. O progresso estava estreitamente ligado ao desenvolvimento da técnica, da ciência e da razão, e sua marcha chegou a ser ligada à marcha da própria história. No fim do século XX, após as guerras mundiais, às barbáries nazista e comunista, à crescente pobreza mundial, a fé no progresso encontra-se num caminho de sombras e incertezas.

Na mesma época em que termino a minha coleta de dados, realizada em duas escolas públicas de Santa Maria -RS- em função de minha tese de doutorado intitulada “Imaginário Social e Escola de 2º Grau: um estudo com adolescentes.”, o Ministro da Educação anuncia pela imprensa novas medidas em relação ao ensino de segundo grau. A proposta, em síntese, é qualificar o ensino médio pela reserva de vagas nas universidades, e o acompanhamento por parte das mesmas, pelas das notas obtidas nos exames realizados, durante os três anos, qualificando o aluno a uma vaga na universidade.

A Universidade Federal de Santa Maria apresenta uma proposta às escolas de segundo grau de Santa Maria e região. O Programa Experimental para Ingresso no Ensino Superior - PEIS - organizado pela comissão permanente de vestibular propõe um programa de acesso à universidade, trabalhado já na escola de segundo grau. O programa tem como instrumento unificador das escolas envolvidas, um currículo mínimo.

Há um questionamento com relação a essa medida como reação dos que não têm o vestibular como referência para a qualificação da escola de segundo grau, mas, ao contrário, entendem que a mesma seguirá com maior ênfase a filosofia pragmática adotada pelos cursinhos de preparação, ensinando apenas o estritamente necessário.

Mas não será esse o imaginário construído em torno da escola de segundo grau?

Nos registros escritos, os adolescentes explicitam as significações construídas em torno da escola.

“Antes o cara estudava no colégio público e já estudava bastante e tinha esperança em passar no vestibular, tinha ensino e o cara, se

estudasse passava, agora o cara chega aqui, estuda, completa o segundo grau e chega na hora de fazer um concurso estilo o vestibular você tem que se matar fazendo cursinho ou se agarra com um professor, porque tem muitas coisas que caem que tu não vê, que não foram dadas, que tu vê muito superficial e o ensino público está muito defasado.” (Lúcia, 18 anos)

“O colégio, sinceramente, para passar no vestibular saindo do segundo grau tem que ter cacifê. Tem que estar muito por dentro. Tem que pegar um professor particular, a não ser que tu seja um ‘crânio’ e entenda tudo o que dão no colégio e tu tire nove e dez.” (Fabrício, 19 anos)

“Tem alguns professores que só batem na mesma coisa, que só cai no vestibular, e tem matérias que eles passam por cima porque eles falam que não têm tanta importância, porque eles pegam somente aquilo que cai no vestibular. E tem coisas que eles só falam do que se trata, mas não aprofundam porque não tem tanta necessidade, sabe, quantas coisas que pedem só no vestibular ! (...) ...eu acho que é preparar para toda a vida, né, e, assim, né, de repente tem gente que faz vestibular, a maioria, mas tem outros que não fazem, fazem concurso.” (Maurício, 18 anos)

“Eu acho que o segundo grau, e não sei se é ou tem intenção de ser, mas eu acho que o segundo grau serve para o vestibular, por sinal todos os alunos estudam para o vestibular, a maioria da escola, diurno é, noturno eu não sei, mas diurno é. Desde o primeiro ano, a gente se prepara para o vestibular.” (Cristina, 19 anos)

A busca dos significados da escola de 2<sup>o</sup> grau por parte dos adolescentes de uma das duas escolas, traz como referência a tradição da instituição que construiu em torno de si uma imagem de “escola preparadora, formadora” no sentido amplo do termo. Todo aluno que passava por aquela instituição estava apto a enfrentar qualquer concurso.

Mas a referência feita a uma imagem do passado é a tentativa de buscar um sentido que parece ter sido realizado em algum momento da história, desqualificando essa imagem nos dias atuais.

Mesmo porque os adolescentes com famílias que viveram na condição de alunos ou professores, em outros tempos na instituição, têm presente o relato do que representava ser aluno daquela escola.

Entretanto, a identidade da escola A, como escola de 2º grau está, no imaginário dos alunos e alunas, relacionada ao vestibular. Essa significação da sociedade, pois já não é somente dos alunos da escola, é parte de um tecido complexo de significações, um magma, conforme Castoriadis (1987), que construiu um sentido em torno da instituição escolar que trabalha com esse grau de ensino.

O que pouco se reflete em todo esse processo é se a escola de 2º grau está correspondendo às significações construídas pelos sujeitos diretamente envolvidos e pela sociedade como um todo.

O fato é que as instituições não são resignificadas, não se busca mais os sentidos da existência, deixando que as mesmas tenham “vida própria”. O cotidiano das escolas revela com grande intensidade esse processo que Castoriadis (1982) chama “heteronomia”, no qual os agentes já não questionam suas ações, seus comportamentos, suas normas. A instituição, uma vez estabelecida, parece autonomizar-se a partir de uma lógica e de uma inércia próprias.

Esse processo, tomado no nível das instituições da sociedade, que permite a sua sobrevivência e que, segundo Castoriadis (1982: 159-60), propicia a **“autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade”**, é a alienação.

Castoriadis (1982) fala da heteronomia instituída, contrária à autonomia, como a alienação enquanto fenômeno social.

Na maioria das sociedades reina a heteronomia instituída, em que, além dos papéis pré-definidos, as vias de manifestação da psique singular são a transgressão e a patologia. Em algumas sociedades, a ruptura da heteronomia completa permite uma verdadeira individuação do sujeito, na qual a imaginação radical da psique singular pode criar os meios sociais de uma expressão pública original e contribuir à auto-alteração do mundo social.

A sensação que tive, ao ouvir todos aqueles reclames por sentido às práticas que vêm sendo realizadas nas escolas, foi de que vivemos o e no cotidiano das instituições, tentando sobreviver.

O imaginário instituído em relação ao segundo grau é construído em torno do vestibular. A relação é direta: fala-se na realidade da escola de segundo grau e, imediatamente a referência trazida é o vestibular.

Mas as propostas que tivemos em função do debate em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases, organizadas em seminários, congressos e espaços acadêmicos, mostram que os imaginários instituídos entre os pesquisadores de segundo grau na área da educação estão desencontrados.

Como um imaginário instituinte, a politecnia mobilizou educadores que acreditavam que a escola de 2º grau deveria discutir criticamente a inserção no mundo do trabalho, sendo este um princípio educativo. Os sujeitos envolvidos com o processo de educação deveriam ter uma formação integral, proporcionada pela escola.

Esse imaginário é construído a partir das concepções histórico-críticas de vertente marxista, que trazem, principalmente no início da década de 80, novos significados para a educação escolar.

As possibilidades trazidas pela concepção dialética, desmitificando a função da escola limitada somente à reprodução da ideologia dominante, acenam para o significado da escola em produzir uma contra-ideologia a serviço das camadas populares.

O imaginário instituinte que coloca o trabalho como princípio educativo é construído nesse momento histórico, mas inviabilizado pela concepção e formação dos professores de 2º grau que foram desautorizados a pensar no trabalho pedagógico, desde os “pacotes” organizados pelo tecnicismo educacional, assim como a ausência de condições estruturais das escolas.

Essa realidade mostra a necessidade, como afirma Franco (1988: 33), de "captar as características de sua clientela, suas expectativas, opiniões e aspirações...".

A intenção de aproximação do imaginário social instituído em relação à escola pelos alunos adolescentes de duas escolas públicas de Santa Maria - RS- tem esta perspectiva: conhecer as expectativas, as aspirações e a possibilidade de sujeitos instituintes proporem novas formas.

Nesse sentido, a questão do vestibular foi se explicitando pelas manifestações orais e escritas como uma característica e, mais do que isso, como um ritual construído a partir dos desejos dos sujeitos envolvidos com essa realidade de ensino. É necessário dizer que o imaginário social instituído na sociedade em relação à escola de segundo grau foi construído tendo o exame vestibular como referência.

Analisando os desdobramentos do vestibular como instrumento que determina os padrões de inteligência, contrariando assim o imaginário instituído, que tornou o vestibular a única via de chegada à universidade, Alves (1995: 1-3) afirma que:

“Assim foi que os exames vestibulares acabaram por determinar os padrões de inteligência e informação da educação brasileira, padrões que estão longe de serem... inteligentes. (...) Assim, é com alegria que

recebo a informação de que o governo se prepara para pôr fim a essa prática perversa. Acontece que a proposta que, segundo transparece, está sendo provisoriamente sugerida para acabar com os vestibulares causa-me arrepio: o remédio vai ser pior que a doença. (...) O ruim continuará a ser ruim. É altamente provável que as escolas, moldadas pelos anos de submissão aos padrões dos vestibulares tendam simplesmente a perpetuar os mesmos padrões, de forma cada vez mais refinada”.

Essas preocupações não são somente de Rubem Alves e expressam um outro imaginário: o imaginário daqueles que têm pensado a função do ensino de segundo grau na nossa sociedade a partir de outras perspectivas.

A preocupação governamental, manifesta na proposta do Ministério da Educação, de qualificar o ensino de segundo grau por meio da aplicação de provas por parte da universidade, dentro da escola média, que preencheriam as vagas reservadas, levanta a meu ver, principalmente duas questões.

Em vez de olharmos para o interior das escolas que atendem à população de segundo grau ou ensino médio no Brasil, tentando conhecer as suas dificuldades, limitações e aspirações, adequamos uma realidade à outra, sem ter certeza de que essa adequação seja capaz de mexer nos índices alarmantes que temos de analfabetismo, de matrícula nas séries iniciais, no primeiro e de forma mais alarmante no segundo grau.

Por outro lado, as escolas que tanto criticaram a ausência, nos cursinhos preparatórios, de uma filosofia que proporcione ao aluno e à aluna desenvolver a sua cidadania, por intermédio de uma formação mais geral e menos pragmática, estarão se equipando no mesmo sentido. Estaremos montando fábricas que competem num "ranking" das melhores escolas preparadoras para o vestibular, centrando nesse concurso a qualidade do ensino.

Tratando de alguns equívocos sobre o concurso vestibular, Luz (1994: 87) afirma que

“É necessário desmistificar o concurso vestibular como detentor do poder mágico capaz de operar milagres na qualidade do ensino fundamental e do ensino médio. Introduzir inovações apressadas no concurso vestibular como forma de atingir os níveis anteriores de ensino ou gerar a melhoria da qualidade dos cursos de graduação é furtar-se à responsabilidade de uma intervenção nesses níveis de forma a transformá-los; é optar por uma solução distanciada, descomprometida e asséptica”.

É necessário, diz a autora mencionada acima, desmistificar. Retirar o caráter místico de uma determinada realidade.

Na raiz do termo vestibular, vejo que o seu nome é derivado de *vestíbulo*, significando "átrio, porta de entrada de um prédio". Representa a porta de entrada para a universidade, e, com isso a entrada num outro universo simbólico: o da profissionalização, o da independência econômica, o da liberdade e o da ascensão social.

A partir da compreensão dessa dimensão simbólica do vestibular, como um significante que subsiste enquanto um ritual que celebra o mito do progresso, é necessário que as nossas propostas alternativas para qualificar o ensino de segundo grau consigam partir dessa dimensão humana. Entendo assim a dificuldade de transformar estruturas, instituições que têm o seu significado na sociedade. Os decretos, porém, não eliminam as dificuldades dessas transformações - provavelmente, ao contrário, apenas as movimentem.

Abordando o significado do mito, Ribeiro Jr. (1992: 15) afirma que

"Mito é derivado de *mythos*, que significa palavra, mensagem, linguagem. O mito, como palavra e linguagem, trata da vida, do mundo, das coisas como uma totalidade,..."

O vestibular como uma palavra, que carrega a mensagem de "entrada numa outra realidade", o universo profissional é uma construção mítica dos sujeitos da minha investigação.

Castoriadis (1987:235) vai dizer que:

"O mito é essencialmente um modo pelo qual a sociedade investe de significações o mundo e sua própria vida no mundo - um mundo e uma vida que, de outro modo, seriam evidentemente desprovidos de sentido".

Nesse sentido, a aproximação do cotidiano das escolas de segundo grau, tentando conhecer as expectativas, as aspirações, os sonhos, os símbolos, as crenças, os valores das comunidades envolvidas, na perspectiva de conhecimento das suas representações imaginárias é uma necessidade, tendo em vista o debate que visa alternativas de qualificar esse grau do ensino.

Essa necessidade me leva ao conhecimento do imaginário social de alunos e alunas de duas escolas públicas de 2<sup>o</sup> grau, onde percebo que a positividade deste está na radicalidade com que os adolescentes representam os seus desejos, os seus sonhos.



O vestibular no imaginário instituído representa a “essência” e o próprio sentido da escola de 2<sup>o</sup> grau, a qual representa o símbolo que dá acesso à independência, “ao estudo que possibilita ser alguém na vida”.

A dificuldade em pensar outras formas de acesso à universidade tem na minha concepção dois fatores que se tornam obstáculos.

O primeiro diz respeito à força da tradição, à força de um imaginário que se institui na sociedade e, por estar legitimado, é conservado e se perpetua. Há, nesse sentido, dificuldade de se pensar em mudanças a partir de decretos ou leis. Quando uma cultura se enraíza, é preciso mexer nas raízes, não arrancando-as totalmente, mas substituindo-as por outras que façam sentido. Deve haver uma mudança de representação.

O segundo se refere ao processo de heteronomia vivido institucionalmente que obstaculiza o agir refletido e, com isso a criação de formas alternativas pensadas pelos sujeitos envolvidos.

Nesse ponto específico, há necessidade de uma educação que se desdobre na perspectiva ética e estética. Educar os sentidos, o olhar e com eles ativar alguns valores parece ser uma necessidade na formação proporcionada pela educação escolar, tendo em vista sujeitos instituintes, capazes de criações históricas.

Entretanto, o conhecimento das representações imaginárias dos sujeitos não autoriza análises que lhes coloquem como vítimas do que está posto. Justamente por estar legitimado e instituído o imaginário revela os fatos, as situações, as normas, as criações, os comportamentos que fazem sentido para a sociedade.

O vestibular é um exame que materializa para os adolescentes algumas representações imaginárias em relação ao futuro, canalizando as suas energias, os seus sonhos, os desejos e os seus corpos.

Utilizo para a análise do vestibular a contribuição de Michel Foucault, especificamente no recorte da sua obra “Vigiar e Punir: o nascimento da prisão”, na qual introduz as análises históricas da questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes.

O poder, para Michel Foucault, não é objeto de uma teoria geral, não é objeto natural, mas uma prática social. O poder não é domínio do Estado, está sim nas relações, como rede de poderes.

Conforme Machado (1979:XIV),

“Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do

próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder”.

Michel Foucault (1986), em “Vigiar e Punir”, no qual trata da questão do processo de suplício, de punição, de disciplinarização do corpo, da prisão, dedica-se na terceira parte, capítulo II, à análise dos Recursos para o bom adestramento, a uma análise sobre a questão do exame.

Afirma Foucault (1986: 164) que

“O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados”.

Como técnica da hierarquia que vigia, o exame vestibular acaba sendo, mesmo na nova proposta que pretende ser uma avaliação que se prolonga pelos três anos de ensino, uma medida externa - dos que estão num outro nível, o universitário - de controlar, de vigiar o perfil de aluno desejado para o ensino de terceiro grau.

Como controle normalizante, tem-se uma forma de vigilância que qualifica “os melhores”, “os mais aptos”, excluindo os “incapazes”, os que não preenchem o padrão ideal da possibilidade de freqüentar uma universidade.

O grande problema se constitui no tipo de exame que tenta apontar o padrão de inteligência dos alunos aptos ao ensino de terceiro grau.

No caso específico de Santa Maria -RS-, onde realizo a pesquisa, a proposta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), elaborada por uma equipe da Comissão Permanente de Vestibular (Coperves), aponta como modelo de avaliação um currículo mínimo comum à região, a ser trabalhado por todas as escolas de segundo grau, construído a partir de um referencial tecnicista de educação, que propõe a listagem de conteúdos a partir dos quais os alunos serão avaliados no decorrer dos três anos por provas objetivas de múltipla escolha.

Não se constitui em uma nova proposta de acesso à universidade, ao contrário é o mesmo exame realizado durante as três séries do 2<sup>o</sup> grau.

Volto a Foucault (1986: 164-5) na análise proposta sobre a questão do exame, quando o classifica como um dispositivo de disciplina altamente ritualizado: ***“Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade”.***

Qual o produto, poderia eu perguntar, da proposta desse exame como uma forma, visualizada por uma equipe, de qualificar o ensino de segundo grau?

Aponta Foucault (1986: 166), tratando do exame, que

“Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar”.

O exame não se limita a sancionar um aprendizado, mas se apresenta como um ritual de poder constantemente renovado.

O poder que tomo como referência em Foucault não tem um sentido negativo ou opressivo. O poder não é detido nas mãos de uns que o utilizam em função de outros. O poder não é uma relação vertical de oprimidos e opressores. O poder pressupõe a possibilidade da liberdade e da resistência. O poder em Foucault produz saberes, portanto há positividade em suas relações.

A produção pelo exame de mentes técnicas, fragmentadas, descomprometidas com uma compreensão mais globalizada, mas preocupada com as questões da sua sociedade, do seu país, do seu planeta, é uma produção das relações de poder instituídas por parte de uma instituição que propõe um regime de verdade.

A mecânica do poder, definida como o domínio sobre o corpo dos outros, fabrica corpos exercitados, aptos a reproduzir informações sem questioná-las. A tentativa de disciplinar as vontades, os desejos, os corpos, exercitando-os por meio de rotinas sempre iguais, sem a novidade, sem a criação, chega a seu intento não de forma total, pois a rede de poderes pressupõe resistência, mas acaba por tirar alguns resultados.

Alguns desses resultados pode ser a univocidade de sentido construído pelos adolescentes em torno da escola de 2<sup>o</sup> grau e a dificuldade de exercitar a criatividade dando “asas à imaginação”, não possibilitando visualizar outras formas, outras criações.

A fabricação de corpos dóceis, conformados, é outra produção das relações de poder.

O ritual de iniciação à fase adulta, onde o adolescente está apto a se inserir no universo da profissão, começa na escola de 2<sup>o</sup> grau desde a primeira série, quando o corpo começa a ser treinado a repetir o programa, os conteúdos, as informações exigidas pelo vestibular. Todos os desejos devem ser controlados. O vestibular é a porta dos desejos.

### Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. O fim dos vestibulares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 fev. 1995. Tendências/Debates, p.1-3
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. **As Encruzilhadas do Labirinto: o mundo fragmentado**. v.3. , Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1986.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Avaliação e redefinição da política do ensino de 2º grau. **Cadernos CEDES**, São Paulo (20): 26-35, 1988.
- LUZ, Ana Maria de Carvalho. Sobre o concurso vestibular: revelando equívocos. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n.7, p.87-91, jun. 1994.
- MACHADO, Roberto. In: Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.